

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

As ofertas públicas de aquisição (OPA) lançadas sobre a ES Saúde vão ter consequências sobre a gestão do hospital público Beatriz Ângelo, em Loures, em virtude daquele hospital do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ser gerido em regime de parceria público-privada (PPP). A principal consequência será a mudança do acionista da sociedade gestora daquela PPP que, atualmente é a referida Espírito Santo Saúde, em resultado do concurso público promovido pelo Estado para privatizar a gestão daquele hospital.

Assim, aquilo que foi atribuído pelo Estado por concurso público pode passar para as mãos de outro grupo privado de acordo com o resultado das OPA em curso, no caso concreto, dois grupos estrangeiros a saber: o grupo Ángeles, maior grupo privado mexicano na área da saúde, e o grupo chinês da Fosum através da seguradora Fidelidade adquirida por aquele grupo à Caixa Geral de Depósitos (CGD). Uma operação de mercado pode assim alterar o que resultou de um concurso público: a gestão de uma unidade do SNS.

Não será a primeira vez que tal acontece. Foi exatamente o que aconteceu quando a CGD vendeu o grupo de saúde HPP (Hospitais Privados de Portugal) aos brasileiros da AMIL, entretanto adquiridos pelo maior grupo segurador americano United Healthcare. Os HPP geriam a PPP do Hospital de Cascais, hospital do SNS agora administrado por brasileiros e americanos.

Em virtude de estar em causa a gestão em PPP de um hospital público, as OPA requerem a autorização do Ministro da Saúde. Paulo Macedo não viu qualquer inconveniente nesta mudança na PPP de Cascais e autorizou-a quando, o que seria legítimo era a devolução ao Estado da gestão do Hospital de Cascais. Não admira: este governo é amigo das PPP e, noutros domínios da atividade económica, tem promovido a privatização de grandes empresas públicas e a sua entrega a grandes grupos internacionais. Não surpreende, portanto, a informação agora divulgada pela comunicação social de que o ministro Paulo Macedo autorizou também as OPA sobre a ES Saúde e, portanto, a troca do grupo gestor da PPP do Hospital de Loures. Registe-se, no que respeita à OPA do grupo chinês, a rapidez das decisões de Paulo

Macedo: esta OPA foi anunciada apenas em 23 de setembro.

Significa isto que no SNS, na rede pública de hospitais, passará a haver dois grandes hospitais - Cascais e Loures - geridos por grupos privados, ambos estrangeiros e nos dois casos em resultado de operações financeiras que "rasgam" o que os concursos públicos ditaram.

Em nome da transparência que deve nortear os procedimentos da administração pública e do direito à informação dos cidadãos sobre as decisões dos governantes, o Bloco de Esquerda entende que o governo deve divulgar as razões enunciadas por Paulo Macedo para aceitar e autorizar aquelas OPA.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio solicitar ao Governo, através do Ministério da Saúde, os pareceres emitidos pelo Ministério da Saúde no âmbito das OPA dos concorrentes à compra do Grupo Espírito Santo Saúde relativos ao contrato de gestão em regime de PPP do Hospital Beatriz Ângelo em Loures.*

Palácio de São Bento, segunda-feira, 29 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

JOÃO SEMEDO(BE)